



**CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS  
DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E CASTELHANA**

**Declaração de Braga**

**4.º Encontro das Associações Profissionais de Engenheiros Civis  
dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana**

O Conselho das Associações Profissionais de Engenheiros Civis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana promoveu o seu 4.º Encontro na cidade de Braga, em Portugal, nos dias 13 e 14 de março de 2013.

Esta realização acontece num período em que um número significativo de países integradores deste universo vive transformações profundas nas suas bases económicas e financeiras, nos seus modelos de desenvolvimento, no aproveitamento dos seus recursos, nas suas políticas administrativas e nas suas estruturas sociais.

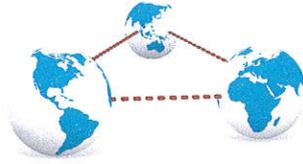
A dinâmica socioeconómica atualmente registada em muitos destes territórios, com elevadas taxas de crescimento, sinaliza o potencial que muitos destes países evidenciam. Esta perspetiva de desenvolvimento potencia a transformação das realidades ainda existentes de desequilíbrios sociais, de carências das populações, da necessidade de garantia de satisfação das suas necessidades básicas, seja em termos de infraestruturação, seja ao nível da sua segurança e conforto.

A Engenharia Civil tem-se constituído como uma aliada determinante nos processos de avanço das sociedades e das economias e um recurso estratégico ao serviço das populações e dos países.

Considera-se, por isso, da maior relevância consolidar um processo de melhor conhecimento das realidades das atividades profissionais em cada um dos países integrantes do Conselho das Associações Profissionais de Engenheiros Civis de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação impulsionadores de avaliação das competências profissionais e dos sistemas de mobilidade dos engenheiros civis no universo destes países.

Com base nestas premissas, as Associações Profissionais de Engenheiros Civis de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana subscritoras da Declaração de Braga acordam:

1. Pugnar para que a missão do Engenheiro Civil, enquanto profissional de elevado sentido de responsabilidade técnica ao serviço das populações, seja respeitada e considerada de confiança pública pelas comunidades. Cada uma das Associações deve, assim, desenvolver atividades de promoção da profissão de Engenheiro Civil junto da sociedade e do poder político com vista a consolidar o seu reconhecimento e prestígio.
2. Desenvolver ações nos respetivos países de modo a garantir que cada uma das Associações seja reconhecida como parceira no debate e definição dos programas de



desenvolvimento sustentável que em cada um dos países tenham intervenção da Engenharia Civil.

3. Insistir junto das entidades oficiais para que os cargos técnicos da competência dos Engenheiros Cívicos sejam exercidos por estes profissionais e não por quaisquer outros.
4. Trabalhar em conjunto com as instituições de Ensino Superior, no sentido de:
  - a) assegurar, no corpo docente, a presença de engenheiros experientes no exercício profissional nas diversas Especializações;
  - b) incorporar nos currículos académicos de Engenharia Civil áreas de conhecimento complementares, que conduzam a uma formação mais eclética, nomeadamente nas áreas de economia e ciências sociais.
5. Contribuir para o fortalecimento do trabalho conjunto entre as instituições de Ensino Superior de Engenharia e o tecido empresarial no sentido de garantir maior facilidade na transferência dos resultados de I&D para as empresas com vista à sua concretização objetiva e com resultados para a comunidade.
6. Fortalecer as relações com as empresas e as instituições de ensino superior com o objetivo de criação de estágios profissionais que permitam a integração de jovens estudantes ou recém-formados em ambiente de desenvolvimento da sua profissão.
7. Assumir o desempenho profissional com integridade e ética, erradicação do trabalho escravo e a prevenção da corrupção (tolerância zero) como um princípio base para os profissionais, para além de um princípio de cidadania.
8. Realizar um estudo sobre a realidade dos sistemas de ensino de cada um dos países que integram o Conselho, que potencie o estabelecimento dos princípios gerais de reconhecimento mútuo das habilitações de acesso ao exercício da profissão.
9. Analisar o enquadramento do exercício e das competências profissionais exigidas em cada um dos países, com vista a estabelecer critérios objetivos de reconhecimento mútuo com vista à mobilidade dos engenheiros civis.
10. Para os fins mencionados nos dois pontos anteriores, cada Associação Profissional elaborará um documento sobre a situação no seu âmbito de atuação que se organizará e difundirá por todos os membros da Comissão Diretora e da Direção do Conselho.
11. Constituir grupos de trabalho para proceder ao diagnóstico da situação real do exercício da profissão de engenheiro civil em cada um dos países integrantes do Conselho.
12. Reconhecer a necessidade que as Associações de Engenharia organizem grupos de voluntariado por parte de estudantes e engenheiros, com o objetivo de beneficiar os grupos mais vulneráveis da sociedade.

Braga, 14 de março de 2013



<p><b>ANGOLA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>José Dias Ordem dos Engenheiros de Angola</p>	<p><b>ARGENTINA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Jose Maria Jauregui Federación Argentina de Ingenieros Civiles</p>
<p><b>ARGENTINA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Mario Francisco Pataro Consejo Profesional de Ingeniería Civil</p>	<p><b>BRASIL</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Cezar Benoliel ALAEST</p>
<p><b>BRASIL</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Francisco Coelho Ladaga Associação Brasileira de Engenheiros Civis</p>	<p><b>BRASIL</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>José Tadeu da Silva CONFEA</p>
<p><b>CABO VERDE</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>João Oliveira Ramos Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde</p>	<p><b>COLÔMBIA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Daniel Florez Pérez Sociedad Colombiana de Ingenieros</p>
<p><b>COSTA RICA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Max Umaña Hidalgo Colegio de Ingenieros Civiles de Costa Rica</p>	<p><b>CUBA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Kyra Bueno Risco Unión Nacional de Arquitectos e Ingenieros de la Construcción de Cuba</p>
<p><b>ESPAÑA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Juan Santamera Sanchez Colegio de Ingenieros de Caminos y Canales de España</p>	<p><b>ESPAÑA</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Tomas Sancho World Council of Civil Engineers</p>
<p><b>HONDURAS</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Luis René Eveline Hernández Colegio de Ingenieros Civiles de Honduras</p>	<p><b>MOÇAMBIQUE</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Eunice Abreu Ordem dos Engenheiros de Moçambique</p>
<p><b>PANAMÁ</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Rodrigo Sanchez Sociedad Panameña de Ingenieros y Arquitectos</p>	<p><b>PORTUGAL</b></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Carlos Matias Ramos Ordem dos Engenheiros de Portugal</p>

*[Signature]*

*[Signature]*

Colegio de Ingenieros y Arquitectos de P.R.



**CONSEJO DE LAS ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES  
DE LOS PAÍSES DE LENGUA OFICIAL PORTUGUESA Y CASTELLANA**

**Declaración de Braga**

**4.º Encuentro de las Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles  
de los Países de Lengua Oficial Portuguesa y Castellana**

El Consejo de las Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles de los Países de Lengua Oficial Portuguesa y Castellana va a celebrar su 4.º Encuentro en la ciudad de Braga, en Portugal, durante los días 13 y 14 de marzo de 2013.

Dicho evento coincide, de esta forma, con una coyuntura caracterizada, en un número significativo de los países que integran este universo, por la emergencia de profundas transformaciones en sus bases económicas y financieras, en sus modelos de desarrollo, en el aprovechamiento de sus recursos, en sus políticas administrativas y en sus estructuras sociales.

La dinámica socioeconómica que actualmente conocen muchos de estos territorios, con elevadas tasas de crecimiento, es buena muestra del gran potencial que reside en ellos. Esta perspectiva de desarrollo favorece la aplicación de políticas susceptibles de corregir desequilibrios sociales y carencias de las poblaciones, planteando la necesidad de ofrecer una garantía de satisfacción de sus necesidades básicas, tanto en lo que respecta a infraestructuras de todo tipo, como a su seguridad y confort.

La Ingeniería Civil se ha revelado una aliada determinante en los procesos de avance de las sociedades y de las economías, representando un recurso estratégico al servicio de las poblaciones y de los países.

Se considera, por eso, de la mayor relevancia consolidar un proceso que permita un mejor conocimiento de las realidades de las actividades profesionales en cada uno de los países integrantes del Consejo de las Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles de Lengua Oficial Portuguesa y Castellana, destinado a establecer mecanismos de cooperación que favorezcan la evaluación de las competencias profesionales y de los sistemas de movilidad de los ingenieros civiles en el universo de estos países.

Con base en estas premisas, las Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles de Lengua Oficial Portuguesa y Castellana suscriptoras de la Declaración de Braga acuerdan:

1. Pugnar para que la misión del Ingeniero Civil, como profesional dotado de un gran sentido de responsabilidad técnica al servicio de las poblaciones, sea respetada y considerada de confianza pública por las comunidades. Cada una de las Asociaciones debe, así, desarrollar actividades de promoción de la profesión de Ingeniero Civil ante la sociedad y el poder político con vistas a consolidar su reconocimiento y prestigio.
2. Desarrollar acciones en los respectivos países con objeto de garantizar que cada una de las Asociaciones sea reconocida como socio participante en el debate y la definición de los programas de desarrollo que en cada uno de los países impliquen la intervención de la Ingeniería Civil.
3. Insistir ante las entidades oficiales para que los cargos técnicos que sean de la competencia de los Ingenieros Civiles sean ejercidos por estos profesionales, y no por cualesquiera otros.



4. Trabajar en conjunto con las instituciones de Educación Superior, en el sentido de:
  - a) Asegurar la presencia, en el cuerpo docente, de ingenieros experimentados en el ejercicio profesional en las diversas Especializaciones;
  - b) incorporar en los currículos académicos de Ingeniería Civil áreas de conocimiento complementarias, que conduzcan a una formación más ecléctica, especialmente en las áreas de la economía y las ciencias sociales.
5. Contribuir al fortalecimiento del trabajo conjunto entre las instituciones de Educación Superior de Ingeniería y el tejido empresarial, con objeto de garantizar una mayor facilidad en la transferencia de los resultados de I+D a las empresas, destinada a promover su materialización objetiva y el disfrute de sus resultados por parte de la comunidad.
6. Fortalecer las relaciones con Asociaciones empresariales y con las empresas para impulsar la realización de prácticas profesionales que permitan la integración de jóvenes estudiantes o recién licenciados en ambiente de desarrollo de su profesión.
7. Asumir el desempeño profesional con integridad y ética, apostando firmemente por la erradicación del trabajo esclavo y la prevención de la corrupción (tolerancia cero), como un principio de base para los profesionales, además de como un principio de ciudadanía.
8. Realizar un estudio sobre la realidad de los sistemas educativos de cada uno de los países que integran el Consejo, que potencie el establecimiento de los principios generales de reconocimiento mutuo de las titulaciones de acceso al ejercicio de la profesión.
9. Analizar el marco normativo que regula el ejercicio y las competencias profesionales exigidas en cada uno de los países, con objeto de establecer criterios objetivos de movilidad de los ingenieros civiles.
10. Para los fines mencionados en los dos puntos anteriores, cada Asociación Profesional elaborará un documento sobre la situación en su ámbito de actuación, en cuya organización y difusión se implicarán todos los miembros de la Comisión Directora y de la Dirección del Consejo.
11. Crear grupos de trabajo para proceder al diagnóstico de la situación real del ejercicio de la profesión de ingeniero civil en cada uno de los países integrantes del Consejo.
12. Reconocer la necesidad de que las Asociaciones de Ingeniería organicen grupos de voluntariado integrados por estudiantes e ingenieros, con el objetivo de beneficiar a los grupos más vulnerables de la sociedad.

Braga, 14 de marzo de 2013